

Carta deve ter democracia direta

○ jurista Afonso Arinos, que presidirá a comissão de alto nível encarregada de elaborar o anteprojeto da Constituição, sustentou ontem que o novo texto constitucional deverá estimular a democracia direta, sistema em que o povo torna-se responsável por determinadas decisões ou participa da elaboração de leis através dos partidos. Ele explicou que a democracia representativa está viciada por 20 anos de arbítrio e que a participação é um princípio básico a ser seguido pela nova Carta.

— Precisamos estimular a democracia direta, através da criação de instrumentos que proporcionem ao povo as condições necessárias para elaborar leis e ter direito de veto sobre as decisões do Congresso Nacional, disse o jurista. O estímulo à liberdade como direito de participação permitirá a ampliação dos princípios democráticos no País e esta proposta será apresentada por Afonso Arinos no início dos trabalhos da comissão, provavelmente em um mês.

Como exemplo de participação na democracia direta, ele citou o caso do Sulbrasiliano que não deveria ter sido decidido pelo Congresso, mas sim pelo povo. Um outro exemplo citado pelo jurista é o das associações de bairros, que se transformaram em órgãos de influência e por isso tornou-se uma obrigação da nova constituição levá-las para

o terreno das decisões jurídicas. Para Afonso Arinos, a nova Carta deve ser abrangente e proporcionar estabilidade, de forma que possa “durar, mudando”.

REAÇÃO

“Prestes me procurou, em 1953, quando eu era candidato ao Senado Federal, para me oferecer os votos do PCB. Não aceitei porque sou católico e porque não iria trocar uns poucos 20 mil votos do PCB por muitos mais de outro partido. Assim, não entendo essa sua colocação”. Foi assim que reagiu o jurista às críticas de “reacionarismo” que lhe foram feitas pelo ex-secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, Luis Carlos Prestes.

Ao mesmo tempo em que disse ter admiração por Prestes, Afonso Arinos revelou que também considera o ex-líder comunista uma pessoa “limitada”.

“Ele é o brigadeiro da esquerda”, disse ainda, sugerindo que o “reacionarismo depende do ponto de vista”. E desferiu outras farpas: “Como disse Cordeiro Guerra em seu livro, Prestes era o mais anticomunista de todos os que participaram da Coluna Prestes”. Ou: “Em vez de opiniões, ele tem crenças”.

Em seu tom baixo de voz, com grande tranquilidade e muitos sorrisos, Afonso Arinos disse considerar-se um liberal. “Sou um velho liberal”. E, para provar, mostrou,

orgulhoso, o anel de ouro que usa no mesmo dedo da aliança de casado. No anel, que recebeu por ocasião da revolução liberal de 42, em Minas, está a inscrição: “Coragem e transição”.

Reunido com a imprensa numa conversa informal no hall do Hotel Nacional, enquanto aguardava o ministro da Justiça, Fernando Lyra, o jurista revelou algumas de suas preocupações no que diz respeito à Constituinte a ser instalada em 87: “Um fato perigoso pode surgir se se trouxer ressentimentos de uma experiência fracassada — os 20 anos de regime autoritário, por exemplo — para o território das decisões jurídicas”. Em seguida, afirmou: “O direito é inexoravelmente anti-sentimental”.

O sentido da liberdade foi, segundo Afonso Arinos, alterado, no decorrer do tempo. Ele explicou que, antes, representava a mobilização do indivíduo contra a excessiva intervenção do Estado na vida do cidadão. Atualmente, o sentido da liberdade significa mais a participação do homem nas decisões do Estado.

Depois de passar dois dias em Brasília, onde recebeu homenagens de amigos, além de condecorado com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo pelo embaixador de Portugal, Afonso Arinos de Mello Franco retornou ao Rio de Janeiro. Lá, aguardará a convocação da Constituinte, para instalar a comissão de alto nível.